



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

8ª REUNIÃO ORDINÁRIA ATA DA REUNIÃO

DATA: 29 de abril de 2005

LOCAL: Sala de Reuniões do Gabinete do Ministro do Esporte.

HORÁRIO: 10 às 13 horas

PAUTA:

1. Apresentação da proposta de Política Nacional do Esporte

Conselheiros Presentes:

- Ministro de Estado do Esporte – **Agnelo Queiroz**
- Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento – **André Almeida Cunha Arantes**
- Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro – **Carlos Arthur Nuzman**
- Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro – **Vital Severino Neto**
- Presidente da Comissão Nacional de Atletas – **Lars Schmidt Grael**
- Representante do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer – **Ednilton Vasconcelos**
- Representante dos Secretários e Gestores Municipais do Esporte e Lazer – **Rejane Penna Rodrigues**
- Presidente do Conselho Federal de Educação Física – **Jorge Steinhilber**
- Representante do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – **Ana Márcia Silva**
- Representante da Comissão Desportiva Militar do Brasil – **José Paulo Chaves Lino**
- Representante da Organização Nacional de Entidades Nacionais Dirigentes de Desporto – **Humberto Aparecido Panzetti**
- Representante do Desporto Nacional – **Eduardo Henrique De Rose**
- Representante do Desporto Nacional – **Márcio Rezende de Freitas**
- Representante do Desporto Nacional – **Carlos Miguel Aidar**

Justificaram ausência os Conselheiros:

- Secretário Executivo do Ministério do Esporte – **Orlando Silva de Jesus Júnior**
- Secretário Nacional de Esporte Educacional – **Rafael de Aguiar Barbosa**
- Secretário Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer – **Lino Castellani Filho**
- Representante dos Clubes Sociais - **Arialdo Boscolo**
- Representante da Confederação Brasileira de Futebol - **Fernando José Macieira Sarney**
- Representante do Desporto Nacional – **Bernard Rajzman**
- Representante do Desporto Nacional – **Rinaldo José Martorelli**



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

- Representante do Desporto Nacional – **José Carlos Brunoro**
- Participantes:
 - **Edson Garcia** – Diretor Executivo da Confederação Brasileira de Clubes
 - **Roberto Lião Júnior** – Assessor do Secretário Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer
 - **Luciana Martins Yonekawa** – Jornalista da Assessoria de Comunicação Social
 - **Ana Carla...** - Assessora do Comitê Paraolímpico Brasileiro
 - **Gianna Lepre Perim** – Diretora de Programa da Secretaria Executiva do Ministério do Esporte
 - **Maristela Medeiros das Neves Gonçalves** – Diretora de Esporte de Base e de Alto Rendimento da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento

Ata da 8ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Esporte

Dando início a oitava reunião ordinária do Conselho Nacional do Esporte – CNE, as dez horas e trinta minutos, do dia vinte e nove de abril de dois mil e cinco, o Ministro de Estado do Esporte, Agnelo Queiroz, deu as boas vindas a todos os presentes. Em seguida justificou a ausência do Conselheiro Fernando Sarney, envolvido em questões profissionais outras que o impediram de estar presente. Foram justificadas, ainda, as ausências: do Secretário Executivo do Ministério do Esporte, em função de representar o Órgão em reunião no Ministério das Relações Exteriores; o Secretário Nacional de Esporte Educacional, por motivos de saúde; o Secretário Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, em função de compromissos anteriormente assumidos; os Conselheiros Arialdo Boscolo e Bernard Rajzman, ambos em viagem ao exterior; e os Conselheiros Rinaldo José Martorelli e José Carlos Brunoro, também em função de compromissos anteriormente assumidos. Passando a pauta prevista para a reunião, propôs o Presidente do Conselho um único tema à discutir - a Política Nacional do Esporte. Todos aceitaram. O Ministro Agnelo Queiroz agradeceu a todos os conselheiros que enviaram sugestões para o trabalho que está sendo compilado. E, sugeriu que, para o desenvolvimento do trabalho, fosse adotada a seguinte sistemática: trinta dias a contar desta reunião para finalização da discussão sobre o documento proposto, seguidos de mais quinze dias para a compilação a ser executada pelo corpo técnico do Ministério do Esporte, sob a coordenação da Professora Gianna Perim e, finalmente, uma nova reunião do CNE para a aprovação final da Política Nacional do Esporte. Todos concordaram. Iniciando suas considerações sobre o trabalho a ser executado, o Presidente do Conselho fez uma breve apresentação do documento proposto para a Política Nacional do Esporte e indicou a importância enfatizar o direito ao esporte conforme preceitua nossa Carta Constitucional. Com relação a Política Nacional no



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

contexto internacional, lembrou do acordo do Brasil com a UNESCO, no engajamento na luta contra o doping. Anunciou o Ministro Agnelo que até o final do ano o IBGE estará divulgando os primeiros resultados sobre a infra-estrutura esportiva do País, fato que permitirá um diagnóstico mais completo da situação atual, principalmente se juntado com as informações que já constam do Atlas do Esporte, recentemente lançado pelo Professor Lamartine Costa. Disse o Ministro: “este é o cenário básico para construirmos uma política pública, vamos focar no propósito de consolidar o esporte como uma questão de Estado”. Ressaltou, ainda, que dentro das estratégias para se atingir metas tão gigantescas, como as desejadas, é fundamental a capacitação dos gestores. Destacou que é preciso acabar com o empirismo no esporte, declarando que o desenvolvimento acadêmico é que forma uma base sólida de informações e, que lideranças profissionais dão a seriedade e o desempenho necessário para levar o esporte brasileiro a uma nova dimensão. Informou o Ministro que nos próximos dias assinará, com o Ministério da Educação, um acordo sobre a política de esporte educacional, falou: “vamos transformar a escola num local mais prazeroso para os alunos por meio do esporte”. Parcerias com o segmento privado poderão ajudar muito, principalmente por meio do CONANDA, destacou. Informou, ainda, que o Governo Federal lançará, em breve, uma campanha nacional de hábitos de vida saudável, que trará o esporte como uma grande ferramenta. Lembrou que a parceria com a empresa Pirelli, para construção da primeira pista de atletismo com quinze por cento a menos dos investimentos normais, está em fase de apresentar os primeiros resultados. E, esta ação, tem comprovado a força do esporte como gerador de emprego e renda. A Conselheira Rejane Rodrigues manifestou que na visão do gestor municipal, a área do lazer é a tônica mais presente em termos de política. E o Ministro deixou claro que a busca pelo equilíbrio do desenvolvimento esportivo, respeitando todas as esferas de governo, é fundamental. Inclusive, sobre a questão do lazer, é da opinião do Ministro que extrapole a dimensão do esporte e se envolva até na área do turismo e outras ações de entretenimento e lazer. Alertou, no entanto, que os conselheiros precisam ter o cuidado para que na contextualização da Política de Esporte não se ultrapasse o foco da atividade física, que em última análise é a atribuição desta Pasta. O Conselheiro Humberto Panzetti parabenizou pela sensibilidade demonstrada pelo segmento não olímpico e paraolímpico no texto proposto ao estudo. E, questionou ao Ministro sobre a intenção de se criar uma fonte de recursos específica para este segmento. O Ministro respondeu que todas as áreas serão contempladas, que a intenção do Governo é atender a todas as demandas. Declarou, ainda, que imputa ao segmento não olímpico e não paraolímpico grande valor, seja pela dimensão dos próprios esportes que o integram, como pela vertente de relação de muitos desses esportes com o meio ambiente e a área de desenvolvimento sustentável. O Conselheiro Eduardo De Rose questionou se todas as considerações enviadas pelos membros do Conselho até esta data estão contempladas no documento proposto. O Ministro Agnelo Queiroz garantiu que sim. A Conselheira Ana Márcia Silva solicitou que fosse disponibilizado a todos os Conselheiros não só estas como as demais, na medida em que fossem elaboradas. O Ministro do Esporte determinou, imediatamente, que fossem adotadas as medidas necessárias para o atendimento deste pleito. O



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

Conselheiro Ednilton Vasconcelos parabenizou ao Ministério pelo trabalho executado e, na oportunidade, sugeriu que fosse estudada uma maneira de criar critérios para a conter a multiplicidade de entidades nacionais dirigentes dos mesmos esportes. Informou o representante do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer, que é um problema para eles gestores, decidirem a qual entidade atender com apoio financeiro, quando tantas têm a representação nacional do mesmo esporte. Declarou, ainda, que é muito importante que a Política que ora se elabora delineie claramente os limites de atuação das esferas de governo para evitar duplicidade de ação e otimizar os recursos. Ressaltou que quanto ao programa Segundo Tempo tem a preocupação que a falta de engajamento das escolas venha a causar prejuízo para seu desenvolvimento. Terminando suas considerações, recomendou que a Política considere mais os aspectos financeiros e, principalmente, que sejam revistos os percentuais de recursos das Loterias que são destinados aos estados. O Conselheiro Jorge Steinhilber questionou sobre a compatibilidade da Política Nacional do Esporte com o Estatuto do Esporte, visto que em sua análise preliminar observou algumas divergências. O Conselheiro Carlos Miguel Aidar sugeriu que fosse incluído na Política um mecanismo de estímulo à unificação das entidades nacionais dirigentes dos mesmos esportes. Com relação às metas para os anos de dois mil e cinco e dois mil e seis, estabelecidas às páginas quinze do documento, dispôs-se a ajudar na captação de recursos no segmento privado que possam aumentar os investimentos no programa Segundo Tempo. E, com relação ao Estatuto do Esporte, reafirmou sua visão da importância de ser inserida a questão do incentivo fiscal que venha a criar maiores estímulos aos investidores. Finalizando sua fala, o Conselheiro Aidar manifestou seu contentamento por ver o senhor Carlos Arthur Nuzman, presidente do Comitê Olímpico Brasileiro – COB, presente a reunião e gozando de plena saúde, depois dos sérios problemas ocorridos e acompanhados por todos pelas notícias veiculadas na imprensa do País. E, aproveitou para parabenizar o Conselheiro Vital Severino Neto, presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB, pela recente reeleição à frente do órgão, desejando êxito total no trabalho que se desafiou a executar. O Ministro Agnelo Queiroz, aproveitando a menção, em nome de todos os membros do CNE cumprimentou aos dois presidentes pelos relevantes fatos apontados pelo Conselheiro Aidar. O Presidente do CPB, declarou que foi com muita luta que se processou a eleição para a presidência do Comitê, e que o profissionalismo do Doutor Carlos Miguel Aidar, que atuou no processo como advogado, foi o fundamental e possibilitou a vitória alcançada. O Conselheiro Lars Schmidt Graef parabenizou o documento proposto pela simplicidade, clareza e objetividade. Informou que a atleta Luisa Parente, membro da Comissão Nacional de Atletas – CNA, enviou algumas sugestões, que passou as mãos do Ministro Agnelo. Por oportuno, solicitou que fosse realizada uma reunião da CNA para ampliar mais as discussões sobre a Política naquele fórum. Imediatamente o Ministro avisou que já determinou providências para realizar a próxima reunião no final do mês de maio. Informou, o atleta, que o Conselheiro Bernard Rajzman está em viagem na Argentina e que solicitou que fosse justificada sua ausência. Em nome da CNA, propôs que o CNE expedisse uma moção de solidariedade ao atleta Grafite, vítima de discriminação racial em recente episódio amplamente



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

divulgado na imprensa nacional, posicionando total repúdio a toda e qualquer atitude de rejeição étnica. Disse Grael: “racismo é um doping moral, precisamos banir estas atitudes”. Sobre a Política, informou que os gestores estaduais de esporte dos Estados do Ceará, de Santa Catarina e do Pará, enviaram suas sugestões, que também passou as mãos do Ministro. Reforçou a preocupação já manifestada anteriormente pelo Conselheiro Ednilton Vasconcelos com a questão da multiplicidade de entidades nacionais dirigentes dos mesmos esportes, embora tenha lembrado que elas gozam de direito Constitucional para tal processo de organização. Como exemplo, informou que é de seu conhecimento que existem hoje no Brasil: oito entidades nacionais dirigentes do karatê, distinguidas por estilos apenas; duas entidades de taekwondo; dezenas entidades de jiu-jitsu; e também, um grande número de entidades nacionais dirigentes de surfe. Concluiu declarando que se por um lado existe o direito Constitucional, deveria o texto do Estatuto do Desporto contemplar critérios para o reconhecimento. O presidente do COB, Carlos Arthur Nuzman, agradeceu as manifestações de carinho e apreço que recebeu na reunião e ao longo do seu processo de recuperação dos problemas de saúde que enfrentou recentemente. Parabenizou o senhor Vital Severino Neto, pela recente vitória no processo de reeleição do CPB. Alertou o Conselheiro Nuzman que é preciso atenção para que o CNE em suas discussões não confunda Política Nacional do Esporte com Estatuto do Desporto, explicou: “não podemos criar uma dualidade, vamos focar no conceito”. Esclareceu que Política não é geradora de recursos e financiamentos, lembrou que os conceitos estabelecidos na Política serão implementados gradativamente. Sobre o Estatuto do Desporto, ora mencionado, declarou que sua preocupação é ver o mesmo tratamento dado ao futebol e as demais modalidades esportivas. Informou que até o segmento futebolístico aceita e reconhece a necessidade de um tratamento diferenciado, tendo em vista o nível de desenvolvimento e profissionalização do esporte, frente aos demais. Quando a multiplicidade de entidades dos mesmos esportes sugeriu um estudo da base de organização das entidades. Informou que um dos quesitos estudados para o ingresso de novas modalidades nos Jogos Olímpicos e Pan-americanos é a própria organização da gestão de cada esporte. Comprometeu-se a enviar sugestões do movimento olímpico brasileiro para compor a Política e, finalmente, manifestou sua convicção que a Política Nacional do Esporte e a própria Conferência Nacional do Esporte são os maiores legados que o atual Governo pode deixar para o esporte nacional. O Conselheiro Márcio Rezende iniciou suas considerações colocando os trinta mil árbitros que atuam formalmente no País a disposição do programa Segundo Tempo. Aproveitou para registrar sua surpresa ao observar que na última versão de texto do Estatuto do Desporto, em estudo no Congresso Nacional, não foi contemplada a reivindicação que o segmento dos árbitros havia feito ao Relator do Projeto, Deputado Federal Gilmar Machado, em audiências públicas que aconteceram nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, quanto ao sorteio de árbitros. E, finalizou declarando que em nome da categoria que representa, repudia ao que foi feito no Estatuto do Desporto. O Conselheiro Vital Neto, reforçou a preocupação quanto a questão da multiplicidade de entidades nacionais dirigentes dos mesmos esportes e declarou que faltam critérios para a organização das entidades. Exemplificou que os problemas enfrentados no processo de



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

eleição para a Presidência do Comitê Paraolímpico Brasileiro, que só ocorreu por vias da Justiça, são um retrato da atual situação da gestão esportiva. A Conselheira Rejane Pena Rodrigues fez uma breve leitura de uma carta de agradecimento por sua participação no CNE e informou que o Fórum de Gestores Municipais de Esporte passará por um processo de reeleição, e, portanto, deve ter sua representação neste Conselho substituída nos próximos meses. Na oportunidade, solicitou ao Ministro do Esporte que promova um novo encontro com os gestores municipais. O representante da Organização Nacional de Entidades Nacionais Dirigentes de Desporto, Humberto Aparecido Panzetti, propôs que fosse elaborada uma proposta de ação focada na solução do problema da multiplicidade de entidades nacionais dirigentes dos mesmos esportes. O Conselheiro Ednilton Vasconcelos questionou sobre a realização dos Jogos da Juventude no ano em curso. O Ministro se comprometeu a responder em breve sobre esta questão. O Ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, após ouvir todas as considerações propôs a aprovação da Moção de Solidariedade ao atleta Grafite, conforme sugerida pelo atleta Lars Grael. O Conselheiro Carlos Miguel Aidar solicitou abstenção de votar, por questões de ética profissional, tendo em vista ter participado do processo judicial desencadeado pelo episódio. Todos os demais concordaram. Em segundo lugar, propôs o Presidente do CNE que fosse informado a Relatoria do Estatuto do Desporto sobre as questões aqui discutidas que lhes são afetas, como: o tratamento diferenciado ao futebol das demais modalidades esportivas, o sorteio de árbitros e o problema da multiplicidade de entidades nacionais dirigentes dos mesmos esportes. Todos concordaram. Propôs, finalmente, que as sugestões sobre o documento proposto sejam encaminhadas ao Ministério até trinta de maio. Todos concordaram. Encerrando a reunião o Presidente do Conselho declarou: “vamos construir com a Política Nacional do Esporte um espaço permanente para discussões e criar um ambiente que favoreça o desenvolvimento do esporte. Ao longo dos anos o CNE poderá ajustar a visão aos novos cenários, mas nunca mais com uma visão individual e sim coletiva e dissociada da questão política”. O Ministro de Estado do Esporte e Presidente do Conselho Nacional do Esporte agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às doze horas e trinta minutos.